

MUDANÇAS NAS ROTINAS DE PRODUÇÃO DO JORNALISMO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS: O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DAS MÍDIAS LEGISLATIVAS

CHANGES IN JOURNALISM ROUTINES OF THE BRAZILIAN CHAMBER OF DEPUTIES: THE PROCESS OF INTEGRATION OF LEGISLATIVE MEDIA

Cristiane Brum Bernardes¹
Sílvia Mugnatto Macedo²

RESUMO:

Este artigo investiga as repercussões da integração das equipes de reportagem dos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados: TV Câmara, Rádio Câmara, Agência Câmara e Jornal da Câmara. A partir de questionário aplicado entre repórteres, editores e produtores, a análise foca o alcance das metas previstas pela direção da Secretaria de Comunicação da Câmara e o grau de satisfação dos profissionais com as novas rotinas e resultado de seu trabalho. Entre as conclusões, ressalta-se o fato de que, apesar do fim de algumas coberturas redundantes, não houve ampliação dos temas noticiados, aumento na diversidade das fontes utilizadas ou melhoria na qualidade do que é produzido.

PALAVRAS-CHAVE:

Câmara dos Deputados; Convergência midiática; Rotinas jornalísticas

ABSTRACT:

This paper investigates the effects of integration of journalistic teams of media from the Brazilian Chamber of Deputies: TV Câmara, Rádio Câmara, Agência Câmara e Jornal da Câmara. From data collected through a questionnaire applied among reporters, editors and producers, the analysis focuses on the achievement of the goals laid down by

1 Doutora em Ciência Política (2010) pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestra em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004). Docente do Mestrado Profissional em Poder Legislativo da Câmara dos Deputados. Pesquisadora visitante no Centro de Estudos Legislativos da Escola de Política, Filosofia e Estudos Internacionais da Universidade de Hull, no Reino Unido (2013). cris.brum@gmail.com. BRASÍLIA, Brasil

2 Doutoranda em Ciência Política pelo IESP/UERJ. Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade de Brasília (1989) e mestrado em Ciência Política pelo IUPERJ (2009). Atualmente é repórter da Coordenação de Jornalismo - Câmara dos Deputados. silvia.macedo@camara.leg.br. BRASÍLIA, Brasil.

the Director of the Communication's Office from the Chamber and the degree of satisfaction of professionals with the new routines and the result of their work. Among the findings, it should be noted the fact that, despite the end of some redundant coverage, there was no expansion of the matters reported, no increasing diversity of sources used or any improvement in the quality of what is produced.

KEYWORDS:

Chamber of Deputies; Media convergence; Journalistic routines

1 INTRODUÇÃO

Podemos analisar as rotinas de produção como aspecto essencial para a realização da atividade jornalística e, portanto, da caracterização do produto final: o texto jornalístico. Em outras palavras, muitos dos critérios de seleção e hierarquia dos assuntos que merecem cobertura são determinados pelas condições práticas de obtenção e tratamento da informação pelos jornalistas. Dessa forma, é importante para qualquer análise de mídia levar em conta a rotina dos profissionais que, em última instância, determina boa parte dos valores-notícia que norteiam a prática jornalística.

Atualmente, com a possibilidade de convergência tecnológica entre variados suportes, as fronteiras entre as diferentes mídias ficaram mais tênues e as condições de produção jornalística têm sido fortemente alteradas. A chamada convergência midiática é um fenômeno contemporâneo que implica na possibilidade de um mesmo conteúdo jornalístico ser empacotado e distribuído em diferentes formatos digitais. Se, antes, uma matéria de televisão era exibida apenas em um canal de tevê, hoje ela será transmitida também via internet e poderá ser acessada diretamente nos computadores do público, sem a necessidade de um aparelho de televisão para sua recepção.

A partir desse novo panorama, alguns editores chegam a decretar a morte dos meios de comunicação tradicionais, principalmente o jornal impresso, e o surgimento de meios híbridos, que combinam as características de todas as plataformas anteriores de divulgação de notícias³. Esses novos veículos “integrados”, isto é, que combinam vídeo, áudio e palavra impressa em plataformas digitais, implicariam também numa integração

3 Ver “Newsroom Barometer 2008: main results, the integrated newsroom will be the norm”. Editorsweblog.org. 06/05/2008. Disponível em: <http://www.editorsweblog.org/analysis/2008/05/1_newsroom_barometer_2008_main_results_t.php>. Acesso em: 31/03/2014. Na pesquisa, editores dizem que, num futuro próximo, a maioria das pessoas dispensará o jornal impresso, buscando a versão online. Ver ainda Meyer, 2007, que prevê o fim do jornal impresso em 2043.

entre redações anteriormente dispersas. Em outras palavras, os jornalistas não trabalhavam mais em jornais, revistas, emissoras de rádio ou tevê, mas em mídias multiplataformas, produzindo notícias que serão divulgadas em variados formatos.

Porém, a preocupação com a qualidade destes novos produtos é uma constante. Herreros (2011) afirma que as ondas hertzianas podem perder considerável audiência, de tal maneira que seja impossível reconhecê-las como emissoras de rádio, mas o consumo de documentos sonoros, de música e de informação oral permanecerá, sendo importante cuidar da qualidade sonora destes registros. Ele explica ainda que as linguagens dos veículos de comunicação são diferentes e a tecnologia deve ser usada na exploração destes diferenciais.

Ao preverem um futuro com redações unificadas de rádio, TV e imprensa escrita, Avilés e Salaverría (2008) comentam que muitas empresas se sentem atraídas pela mudança no sentido de reduzir custos, mas os jornalistas se preocupam com a queda nos padrões de qualidade do material produzido.

No Brasil, as tendências verificadas em outros países se repetem. Segundo Kischinhevsky, a justificativa das empresas de comunicação para a integração entre redações de diferentes veículos inclui “capturar sinergias, elevar a produtividade e reduzir custos decorrentes da sobreposição de equipes” (2010, p.70). O autor ressalta que o processo final da convergência seria a integração total das redações das diferentes mídias, com a produção indistinta de conteúdos em variados formatos por uma mesma equipe (2010, p.72). Entre as consequências do processo, Kischinhevsky cita o acúmulo de funções para os profissionais, com a previsível resistência das diferentes cadeias hierárquicas das redações.

Em outro estudo sobre rádios comerciais brasileiras, Lopez (2009) buscou verificar as consequências da existência de uma página eletrônica dos veículos no trabalho e no funcionamento das emissoras. E chegou à conclusão de que boa parte das iniciativas de disponibilização de conteúdos novos era de responsabilidade de âncoras ou jornalistas que queriam fazer o serviço, uma espécie de voluntarismo; ou seja, os sites não faziam parte de uma estratégia das empresas. Além do mais, não foi verificado um processo amplo de convergência entre os veículos de um mesmo grupo. Por exemplo, as redações das rádios CBN e Globo trocavam informações, mas tinham coberturas individualizadas.

Lopez diz ainda que a necessidade de abastecer vários locais de disponibilização da notícia pode fazer com que o repórter faça um trabalho cada vez mais baseado apenas na redação por meio de pesquisas na própria internet, eliminando a coleta de informações na “rua” cada vez mais. O resultado seria menos diversidade informativa, maior dependência das fontes e crescentes dificuldades para verificar a informação. Um problema não muito explorado pelos pesquisadores é a questão trabalhista que envolve os repórteres multimídia e multiplataforma que precisam passar notas para a agência de tempo real da empresa, falar no rádio, tirar fotos para a internet, entre outras atividades. Ainda que continuem recebendo o mesmo salário por apenas algumas delas.

Avilés e Salaverría (2008) tratam do tema da convergência tecnológica e de recursos humanos como um futuro certo para as mídias. Mas não deixam de apontar os problemas que podem surgir como a questão da realização de mais produção pelo jornalista em uma mesma carga horária. Outra questão é o pressuposto de que todos são capazes de produzir matérias para rádio, TV e impresso com a mesma competência técnica. E, além da qualidade, os jornalistas desta fase de transição para as novas “redações integradas” estariam preocupados com a independência e as decisões editoriais dos conteúdos que publicam:

Muitas vezes, os jornalistas na redação integrada constataam que seu trabalho se resume a re-empacotar a informação escrita ou audiovisual em vez de cobrir suas próprias informações; o que gera certo sentimento de frustração. Assim mesmo, a convergência incrementa o risco de homogeneização dos conteúdos, já que favorece que as informações, e o estilo das mídias, se pareçam entre si cada vez mais (Avilés e Salaverría, 2008, p.41-42).

Com base nessas considerações, o objetivo deste trabalho é avaliar os resultados da integração das mídias legislativas mantidas pela Câmara dos Deputados: TV Câmara, Rádio Câmara, Agência Câmara e Jornal da Câmara. Cabe ressaltar que a reflexão tem como base o ponto de vista dos jornalistas que trabalham na Secom. Para a coleta de dados, foi enviado por e-mail um questionário para os profissionais (236 pessoas) do Departamento de Mídias Integradas criado em 2012, que será detalhado mais à frente. No item 2, apresentaremos uma breve descrição das rotinas dos veículos da Câmara antes e depois da integração, ressaltando as principais mudanças decorrentes desse processo. No item 3, mostraremos a avaliação dos jornalistas sobre a integração, a partir das opiniões coletadas por meio do questionário. Ao final, uma breve reflexão sobre as consequências da convergência para as rotinas e para a atividade profissional dos jornalistas da Secom.

2 MÍDIAS LEGISLATIVAS: ANTES E DEPOIS DA INTEGRAÇÃO

Antes de analisarmos o processo de integração das mídias legislativas, cabe mencionar brevemente alguns dados sobre o processo de implantação do sistema de comunicação da Câmara, iniciado em 1961. Naquele ano, foi criado o Serviço de Radiodifusão e o primeiro produto produzido foi o noticiário de 20 minutos para o programa oficial A Voz do Brasil, em 1963.

Depois de reformulações e adaptações feitas durante a redemocratização e a partir do trabalho de comunicação da Assembleia Constituinte, o sistema foi estruturado nos moldes atuais no final da década de 1990. Os veículos de comunicação da Câmara estão na Secretaria de Comunicação (Secom), que é ligada diretamente à Presidência da Casa, fora da estrutura da Diretoria-Geral da Câmara; órgão administrativo que coordena as atividades técnicas da instituição.

Em 1998, foi criada a TV Câmara e, no ano seguinte, o boletim informativo foi transformado em um jornal diário, o Jornal da Câmara, em formato tablóide, com oito páginas. Também em 1999 foi criada a Rádio Câmara, emissora FM que transmite seu sinal no Distrito Federal e disponibiliza seu material informativo por meio da internet. Em 2000, o processo foi concluído com a estruturação da Agência Câmara, que transmite informação legislativa e o noticiário das atividades parlamentares via internet.

Além dos veículos de comunicação, a Secom mantém uma série de ferramentas de comunicação para divulgação institucional e de informações, tais como as páginas informativas no Portal da Câmara, as visitas guiadas ou as atividades de relações públicas. Até 2011, a Secretaria de Comunicação da Câmara tinha sete coordenações. Quatro delas eram os veículos propriamente ditos: Coordenação Agência Câmara de Notícias, Coordenação do Jornal da Câmara dos Deputados, Coordenação Rádio Câmara dos Deputados, Coordenação TV Câmara dos Deputados. As outras três eram: Coordenação de Divulgação, Coordenação de Jornalismo e Coordenação de Relações Públicas. A organização seguia a proposta apresentada no **Organograma 1**.

Organograma 1 - Secom antes da integração

Atualmente, existem dois Departamentos na Secom: 1) Relações Públicas e Divulgação Institucional e 2) Mídias Integradas. As coordenações responsáveis pelos veículos foram extintas, e todos os profissionais das mídias ficam agora subordinados ao Diretor

de Mídias Integradas. Dentro desse departamento, existem as coordenações de a) Conteúdo (responsável pelas grades de programação da Rádio e da TV), b) Programas e Documentários, c) Infraestrutura Tecnológica, e d) Jornalismo, com funções um pouco modificadas em relação à estrutura antiga. O **Organograma 2** mostra a atual estrutura do setor de Jornalismo. Os demais setores, relativos ao Departamento de Relações Públicas, não foram incluídos para facilitar a leitura.

Organograma 2 - Secom depois da integração

O setor que se chamava de Coordenação de Jornalismo na estrutura anterior foi extinto na reformulação e parte de suas funções foi transferida para o serviço de pauta. Até abril de 2012, a coordenação era o órgão responsável por articular o trabalho de cobertura jornalística dos veículos da Câmara, evitando duplicidade de ações e otimizando os recursos humanos disponíveis. As pautas sugeridas pelos diversos setores da Câmara, bem como a agenda semanal das comissões, eram repassadas à Coordenação, que organizava o material e o enviava para as chefias de reportagem dos veículos.

Após a reestruturação, a Coordenação de Jornalismo tornou-se uma estrutura mais ampla, abarcando toda a produção, reportagem e edição dos veículos. Hoje, o coordenador tem o mesmo status dos antigos diretores de veículos. Assim, estão subordinados a ele o chefe de reportagem e os gestores dos serviços de pauta, telejornalismo, radiojornalismo, agência de notícias e jornal impresso. Cada serviço tem um editor-chefe e editores subordinados.

As funções exercidas anteriormente pela Coordenação de Jornalismo e, hoje, responsabilidade do serviço de Pauta, são importantes para esta reflexão porque o processo de produção da notícia começa exatamente na execução da pauta, que constitui a “primeira filtragem do caos ecossistêmico” (Henn, 1996, p.86). A pauta é o primeiro processo que estabelece uma organização para o caos dos fatos do mundo. Nela transparecem as visões que orientam a prática e as regras que conduzem a rotina do trabalho jornalístico. Essa rotinização é necessária porque os produtores precisam enfrentar situações inesperadas com rapidez e, por isso, as decisões são, de certa forma, codificadas previamente. Contudo, a pauta não pode ser tão rígida a ponto de impedir a cobertura de fatos inéditos e imprevistos, ainda que suas convenções ofereçam quase sempre uma “representação padrão dos objetos” (Henn, 1996, p.94).

Antes da integração, havia uma série de diferenças no processo de produção da pauta entre os veículos da Câmara, ainda que todos partissem do material comum fornecido a cada semana pela antiga Coordenação de Jornalismo. Basicamente, cada veículo imprimia o seu tom à pauta. Assim, se a Rádio Câmara buscava dar às notícias um caráter mais popular, a Agência Câmara tentava esmiuçar os detalhes de cada projeto ou debate².

Uma das diferenças essenciais entre os veículos dizia respeito ao caráter mais coletivo e fragmentado da produção televisiva, especialmente quando comparada com as rotinas de rádio e agência. Na televisão, alguém pensa na pauta e outra pessoa executa a ideia. Depois disso, um terceiro produz a matéria, de acordo com as orientações dadas na pauta. Nesse momento, um quarto profissional - o repórter - pega a pauta e executa a apuração final, para que duas outras pessoas - os editores de texto e de imagem - possam costurar o material de forma apresentável no programa. Ou seja, na TV Câmara eram seis pessoas envolvidas, sem contar o editor-chefe do programa, que dava sugestões e podia interferir no produto final, o chefe de reportagem, o cinegrafista e o apresentador ou locutor do programa. Na hipótese de todos terem os mesmos critérios jornalísticos, isso já causaria um certo descompasso.

Na escrita e na rádio, o repórter pegava uma pauta apenas esboçada e retirava dali o enfoque que achava mais conveniente, editando o material da forma que achasse mais adequado. O repórter, por assim dizer, era mais autor do seu trabalho, uma vez que as várias etapas eram feitas pela mesma pessoa: apuração, coleta das informações e seleção dos pontos importantes. Na rádio, matérias mais “frias” podem envolver o trabalho de um produtor para a coleta de “sonoras”. Ainda que existisse um editor que revisaria o material e poderia modificá-lo, era o repórter o responsável principal pela matéria e pelo enfoque dela. Era o que ele observava na cobertura dos fatos que determinava como a pauta seria conduzida, o que nem sempre acontecia na TV, pois a própria montagem da matéria por um editor de imagem e um editor de texto podia modificar o conteúdo que o repórter havia, originalmente, pensado para o produto final.

Com a integração entre os veículos, contudo, a lógica de produção em massa da televisão acaba sendo utilizada também nas demais mídias legislativas, contrariando as rotinas anteriormente estabelecidas para cada um dos veículos. Por consequência, a autonomia na decisão das pautas a serem cobertas também será afetada.

O processo de integração dos veículos iniciado em abril de 2012 teve como objetivo, entre outros pontos, otimizar os recursos humanos existentes. O pressuposto é o de que a nova realidade tecnológica permite o aumento da cobertura das diversas mídias com menos necessidade de pessoal. Na prática, os quatro veículos - Jornal da Câmara, TV Câmara, Rádio Câmara e Agência Câmara - já compartilhavam informações e material, mas essa decisão era tomada por cada chefia em particular. A mediação deste compartilhamento era feito pela antiga Coordenação de Jornalismo, já descrita. Com a integração, a decisão foi centralizada.

Antes de abril, foram formados grupos para desenhar como seriam as novas estruturas de reportagem centralizada. Como objetivos da nova configuração, a direção da Secom, em mensagem eletrônica dirigida aos funcionários em setembro de 2011, destacou: 1) Alinhar orientações sobre coberturas, conteúdos e política de comunicação para os veículos da Secom; 2) Evitar duplicidade de processos e permitir racionalização de mão-de-obra; 3) Dar instantaneidade ao compartilhamento de informações; 4) Visualizar novos talentos para novas funções; 5) Permitir melhor especialização temática dos repórteres; 6) Formar equipes para novos serviços como “participação popular”; 7) Atualizar o processo de convergência das mídias e a crescente interatividade com os usuários; 8) Dar unicidade à gestão de pessoas (carga horária, critérios para funções comissionadas, treinamentos, licenças); e 9) Unir em um mesmo espaço físico as áreas com atividades afins.

Em relação ao trabalho dos repórteres da Rádio e da Agência, a integração começou efetivamente em 2008, apesar dos protestos dos repórteres, obrigados a trabalhar para ambos os veículos. Apesar de existirem duas chefias diferentes até 2012 e do exercício de tarefas específicas por alguns profissionais em cada um dos veículos - produção de programas, matérias especiais, etc.; os gestores buscavam desde aquela época uma maior sinergia entre as mídias, por exemplo, na cobertura de Plenário, que era bastante separada, com repórteres especialmente designados para ela, tanto na Rádio quanto na Agência.

Em conversa informal com as autoras, ainda em 2009, um ex-diretor da Secom confirmou que era exatamente essa a sua preocupação enquanto geria a comunicação da Câmara: como conseguir uma sinergia entre os veículos, como criar a convergência entre as equipes de reportagem. Ele disse que a Agência e a Rádio já estavam conseguindo

se integrar mais racionalmente, mas que a TV ainda era um grande problema. O caso é que a integração com as equipes da TV Câmara sempre foi problemática.

Segundo eles, era impossível trabalhar para a TV, com as preocupações características do veículo - gravar sonoras, imagens, fazer boletins, etc. - e ainda passar notas em tempo real do que está acontecendo para a Agência, por exemplo. Até porque, em muitos casos, o repórter da TV não acompanha a audiência ou reunião inteira, por conta do deadline para sua matéria, que precisa ser fechada, isto é, gravada e editada. Isso, realmente, pode causar uma série de problemas logísticos, uma vez que a Agência precisa de uma cobertura completa da reunião.

Após a realização de um seminário para explicar as mudanças, em novembro de 2011, um grupo de repórteres da Rádio Câmara chegou a escrever uma carta aberta para a direção da Secom com várias preocupações relativas à integração. Com a possibilidade de entrada da TV no processo, os repórteres da Rádio ficaram apreensivos em relação ao acúmulo de serviços. Mas a direção da Secom fixou como regra que cada repórter continuaria a fazer o que estava fazendo. Ou seja, o trabalho para a TV seria eventual e voluntário, sendo que nenhum repórter teria que fazer matérias para três veículos ao mesmo tempo. O objetivo aqui seria descobrir “novos talentos” para cada veículo, juntando mais as equipes; eliminar redundâncias como a marcação de entrevistas de dois veículos com um mesmo deputado; ter uma única equipe de pauta; reduzir chefias.

No seminário realizado para discutir as mudanças, houve a presença de experiências do setor privado nacional e até argentino. O discurso dos dirigentes da Secom neste encontro foi no sentido de que a “convergência” - aqui tomada tanto no sentido da convergência de mídias na internet, por exemplo, como no sentido da convergência de tarefas em um mesmo profissional - seria um futuro inevitável, moderno e mais eficiente. Também no seminário, o representante da Band News disse que a empresa conta com equipes separadas para rádio, TV e internet, pois as linguagens são diferentes. O palestrante deixou claro que, devido à limitação de carga horária de trabalho, o repórter só fecha matéria para um veículo. A integração, segundo ele, se dá mais pelo uso de tecnologias de comunicação do que pelo trabalho multimídia de uma mesma pessoa. Ele também disse que o repórter de rádio tem que priorizar o fechamento de matérias para rádio.

Em livro (Maciel, 2013), a direção da Secom fez o seu relato sobre o processo e avaliou que não houve perda de identidade dos veículos, pois cada um manteve um editor-chefe. “São eles os responsáveis por manter a linguagem e a especificidade de cada veículo diante da cobertura única” (Maciel, 2013, p.55). Sobre a reportagem integrada, o comentário é o seguinte:

Repórteres da TV passaram a gravar para a Rádio, repórteres da Escrita e da Rádio passaram a fazer reportagens para a TV e sonoras gravadas para a TV passaram a ser geradas diariamente para a Rádio. A equipe da Imprensa Escrita passou a ter acesso rotineiro e a aproveitar as reportagens especiais e pautas frias da Rádio e da TV. A cobertura do Plenário da Rádio e da TV foi unificada, assim como a locução das sessões do Plenário transmitidas ao vivo por esses dois veículos. Reportagens especiais passaram a ser fechadas para os quatro veículos por um mesmo repórter (Maciel, 2013, p.57).

Nos planos para o futuro, o livro fala da fusão dos jornais da Rádio e da TV que são veiculados pela manhã. A experiência partiria de teste já feito com um jornal da tarde que substituiu boletins de meia em meia hora da Rádio e um jornal da TV por um jornal único que reúne os principais fatos do dia (Câmara Hoje). Também foi citada no livro a intenção de estabelecer uma rotina de controle de qualidade editorial das matérias e jornais, falha apontada nos questionários.

3 PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Para realização dessa pesquisa, em dezembro de 2013 foram enviados por e-mail questionários para 236 servidores e terceirizados do Departamento de Mídias Integradas, que compreende as coordenações de Jornalismo, Conteúdo, e Programas e Documentários. A Coordenação de Infraestrutura Tecnológica, mais envolvida com a área técnica do departamento e com a expansão dos sinais da Rádio e da TV para o país como um todo, não foi incluída.

Foram respondidos 27 questionários, correspondendo a 11,44% do total, embora 15 funcionários não tenham recebido o questionário por motivos diversos como férias e licenças. No e-mail, o funcionário foi instruído a imprimir e responder o questionário em um prazo de duas semanas. Ele não deveria se identificar no papel, mas foi elaborada uma lista em separado para controle de quem havia entregue o material. O percentual dos respondentes por coordenação foi compilado no **Quadro 1**. Eles se identificaram como 10 repórteres, nove editores, dois produtores, dois locutores/apresentadores e quatro assinalaram a opção “outros”.

Quadro 1: Percentual de respondentes por área

	Total de profissionais por área	Respondentes	Percentual
Jornalismo	100	20	20%
Conteúdo	81	4	4,94%
Programas	55	3	5,45%

O questionário foi elaborado com 10 perguntas objetivas a partir das metas da integração descritas pela própria Secretaria de Comunicação Social da Câmara em documento-base para a realização do seminário “Conferências de Integração da Secom”, ocorrido em novembro de 2011. As perguntas subjetivas buscavam sondar problemas verificados com a integração e obter algum comentário adicional que o funcionário quisesse fazer.

A seguir, apresentamos as tabelas com os resultados para cada uma das perguntas objetivas e também alguns comentários feitos nas perguntas subjetivas e, especialmente, no espaço destinado a comentários adicionais. A primeira das perguntas objetivas diz respeito à criação de uma linha editorial única entre os quatro veículos. Como mostram os dados, quase a metade dos respondentes acredita que esse objetivo foi atingido parcialmente, enquanto mais de 20% deles dizem que não houve mudança nesse sentido.

Tabela 1 - Linha editorial única

Com a integração, houve o alinhamento da cobertura e dos conteúdos publicados pelos veículos?	Número bruto	%
A mudança foi no sentido contrário	2	7,4
Não houve mudança	6	22,2
Atingiu parcialmente	13	48,2
Atingiu totalmente	2	7,4
Não sei avaliar	4	14,8
Total	27	100

Um dos jornalistas ressaltou, contudo, que esse alinhamento não foi positivo. “O jornal e a TV, que sempre sofreram maior interferência dos deputados, transpuseram isso para os outros veículos”, afirmou. Alguns servidores citaram ainda a “falta de cuidado com as especificidades de cada veículo” como outro ponto negativo em relação ao alinhamento da cobertura.

Já em relação à melhoria da qualidade da informação prestada pelas mídias legislativas, os jornalistas, em sua maioria, acreditam que a mudança foi exatamente no sentido contrário do objetivo inicialmente proposto pela direção da Secom. Isto é, a qualidade da informação piorou com a integração. Para um terço deles (33,3%), não houve mudança ou ela foi apenas parcial.

Tabela 2 - Melhoria da qualidade da informação

O resultado foi positivo para a informação final, que ficou mais qualificada?	Número bruto	%
A mudança foi no sentido contrário	14	51,9
Não houve mudança	5	18,5
Atingiu parcialmente	4	14,8
Atingiu totalmente	2	7,4
Não sei avaliar	2	7,4
Total	27	100

Para muitos, houve uma queda “expressiva na qualidade do material produzido”. 11 deles expressaram isso também nos comentários adicionais, afirmando, entre outras coisas, que “é preciso adaptar a linguagem” para cada um dos veículos. Segundo eles, a “importação de programas da TV para a rádio” faz com que ambos percam, pois são “obrigados a se adaptar e criar uma linguagem híbrida”.

A linguagem de cada veículo é muito diferente. As diferenças, que levam à queda na qualidade do produto final, ficaram nítidas com a integração. As matérias e programas da TV empobrecem a programação da rádio porque não são adequados (resposta às perguntas subjetivas).

A terceira pergunta demandava a opinião dos profissionais sobre o aumento de informações incluídas na cobertura dos veículos da Câmara após a integração. Os dados da Tabela 3 informam que um terço dos profissionais acredita que esse objetivo foi atingido apenas parcialmente, enquanto 29,7% acham que não houve mudança no aspecto quantitativo das informações disponibilizadas pelas mídias legislativas.

Tabela 3 - Aumento da quantidade de informação

As mudanças ampliaram a cobertura de temas relevantes nas mídias legislativas?	Número bruto	%
A mudança foi no sentido contrário	4	14,8
Não houve mudança	8	29,7
Atingiu parcialmente	9	33,3
Atingiu totalmente	2	7,4
Não sei avaliar	4	14,8
Total	27	100

Segundo alguns jornalistas, “não houve aumento da cobertura”, pois as votações nas comissões permanentes continuam de fora das prioridades. Um ponto citado por 10 profissionais é a “falta de repórteres” gerada, para eles, com o processo de integração. Sob essa perspectiva, a diminuição no número de repórteres causou uma série de efeitos desagradáveis, como a limitação da cobertura ou a “estagnação no processo de especialização” deles, ponto abordado diretamente na Tabela 9. Como destaca um profissional:

A integração não respeitou as características específicas de cada veículo. Não houve otimização devido à criação de novos setores, que demandou a saída de pessoas do Jornalismo. (...) A Rádio perdeu agilidade por estar agora atrelada ao processo mais lento de produção da notícia exigido pela TV, inclusive dependente de equipe. Por esse motivo, não houve aumento da quantidade de informações divulgadas pela rádio.

A TV deixou de exibir imagens, características do veículo, para se adequar às necessidades da Rádio. A Agência perdeu em quantidade de flashes e qualidade do produto final (resposta à pergunta subjetiva).

Uma outra questão importante para a cobertura jornalística em veículos que se consideram públicos é a diversidade de fontes utilizadas para obtenção das informações. Nas mídias legislativas da Câmara “a principal fonte de informações dos jornalistas são os próprios deputados”, o que cria um problema extra para os jornalistas, uma vez que os parlamentares têm grande poder sobre a organização dessas mídias, isto é, podem ser considerados, em alguma medida, os *publishers* dos veículos (Bernardes, 2011b).

Para 37% dos profissionais que responderam ao questionário, o processo de integração não modificou essa situação. Outros 29,7% responderam que houve uma mudança no

sentido contrário, ou seja, diminuiu a diversidade das fontes ouvidas para coleta de informações nas mídias legislativas e, para 22,2%, esse objetivo foi atingido apenas parcialmente.

Tabela 4 - Aumento na diversidade de fontes

A integração possibilitou maior diversidade nas fontes de informação utilizadas nas mídias legislativas?	N ú m e r o bruto	%
A mudança foi no sentido contrário	8	29,7
Não houve mudança	10	37
Atingiu parcialmente	6	22,2
Atingiu totalmente	1	3,7
Não sei avaliar	2	7,4
Total	27	100

O processo de integração contribuiu, segundo os próprios jornalistas, para reduzir a diversidade de fontes, pois as mesmas entrevistas passaram a ser usadas para a produção de matérias replicadas em todos os veículos. Além disso, a nova distribuição dos jornalistas também diminuiu o número de profissionais ligados à apuração diária. Segundo um dos respondentes, com a criação de duas novas coordenações, de Conteúdo e de Programas, houve uma divisão dos jornalistas entre essas áreas, o que diminuiu o número de repórteres e também de produtores e “prejudicou a diversidade de fontes”.

Na prática, o que alguns jornalistas estão dizendo é que não houve racionalização no aproveitamento da mão de obra, como previsto. Sobre a quinta pergunta do questionário, que tratava exatamente da otimização no uso dos servidores - um dos grandes pontos de qualquer processo de integração e multimídia, conforme destacam os estudos sobre o tema -, a maioria dos jornalistas disse que o objetivo foi atingido parcialmente. Para um terço deles, contudo, não houve mudanças nesse aspecto ou, ao contrário, a mão de obra está menos otimizada do que antes da integração.

Tabela 5 - Otimização de mão de obra

Houve o fim da redundância na cobertura e, conseqüentemente, maior racionalização da mão de obra no jornalismo?	N ú m e r o bruto	%
A mudança foi no sentido contrário	5	18,5
Não houve mudança	4	14,8
Atingiu parcialmente	14	51,9

Atingiu totalmente	2	7,4
Não sei avaliar	2	7,4
Total	27	100

“Parece que, ao invés de racionalizar o uso do quadro de pessoal, a integração causou uma diminuição no número de pessoas disponíveis. Percebo que hoje todos os setores reclamam de não ter pessoal para fazer as mesmas atividades que eram feitas antes”, destacou um dos jornalistas.

Em relação ao compartilhamento de informações, realmente parece ter havido modificações substanciais após a integração das equipes das diferentes mídias legislativas. Segundo 26% dos próprios jornalistas, esse objetivo foi alcançado totalmente, enquanto para 48,1% foi atingido parcialmente. Para 14,8% deles, contudo, novamente, as informações deixaram de ser compartilhadas na mesma intensidade com que eram antes da integração.

Tabela 6 - Compartilhamento de informações

As informações passaram a ser compartilhadas instantaneamente entre os veículos?	Número bruto	%
A mudança foi no sentido contrário	4	14,8
Não houve mudança	2	7,4
Atingiu parcialmente	13	48,1
Atingiu totalmente	7	26
Não sei avaliar	1	3,7
Total	27	100

Enquanto um profissional ressaltou que “a integração das redações facilita a troca de informações, especialmente entre repórteres da escrita/rádio e profissionais da TV”, outro afirmou que “decisões são tomadas sem consulta ou mesmo comunicação a outros setores envolvidos. Quem está em um departamento parece não saber as implicações de suas decisões a outros”. Os diferentes pontos de vista revelam as complexidades do trabalho conjunto e integrado entre veículos que, comumente, são geridos de forma completamente independente.

Outro ponto importante para avaliação do processo, uma vez que é um dos aspectos sempre ressaltados pelas iniciativas desse tipo, é a melhoria do processo de gestão dos veículos. Os dados da Tabela 7 informam que os jornalistas se dividem entre opiniões positivas e negativas sobre os resultados do processo, mas a maioria deles acha que a integração trouxe resultados para a gestão, pelo menos parcialmente para 44,4%. Para 29,7%, contudo, a integração teria piorado a gestão dos veículos. Há referências a um aumento da “burocracia” nas rotinas diárias e a uma “perda de agilidade”.

Tabela 7 - Melhoria na gestão dos veículos

A gestão da informação está mais profissional e o compartilhamento entre os veículos facilitou o trabalho?	Número bruto	%
A mudança foi no sentido contrário	8	29,7
Não houve mudança	3	11,1
Atingiu parcialmente	12	44,4
Atingiu totalmente	4	14,8
Não sei avaliar	0	0
Total	27	100

Há uma “multiplicidade de ordens que, às vezes, se chocam”, na opinião de um dos jornalistas. Para ele, “os subordinados ficam sem saber a quem seguir” em muitas ocasiões. Se a integração de alguns setores pode funcionar como catalisadora do processo de compartilhamento de informações e, conseqüentemente, para uma gestão realmente integrada, alguns aspectos são avaliados como negativos pelos participantes da experiência, especialmente em relação à qualidade final do produto.

Outro ponto é que mesmo com o maior compartilhamento de informações entre os veículos, não houve mais profissionalização na gestão da informação. Pelo contrário, os erros aumentaram significativamente com a desintegração de áreas como pauta, produção, reportagem e edição. Além de fisicamente separados, esses setores não conseguiram harmonizar rotinas. Produção e reportagem trabalham sem supervisão e pouco ou quase nenhum controle de qualidade (resposta à questão subjetiva).

Um elemento bastante ressaltado pela direção da Secom durante o processo, até mesmo como argumento de convencimento dos profissionais, foi a criação de novas oportunidades de trabalho e a busca de novos talentos dentro da própria equipe. Nesse ponto, realmente parece ter havido o maior ganho para os jornalistas, em sua própria percepção. Para 40,8% deles, esse objetivo foi totalmente atingido no processo, enquanto

11,1% afirmaram que foi atingido parcialmente. De todas as questões, essa foi a que apresentou o maior índice de opiniões altamente positivas (atingiu totalmente). Mesmo assim, para 37% dos jornalistas não houve mudanças com a integração e 11,1% acreditam que o processo piorou a busca de novas oportunidades profissionais.

Tabela 8 - Novas oportunidades profissionais

Foi chamado para novas funções, teve novas oportunidades profissionais?	Número bruto	%
A mudança foi no sentido contrário	3	11,1
Não houve mudança	10	37
Atingiu parcialmente	3	11,1
Atingiu totalmente	11	40,8
Não sei avaliar	0	0
Total	27	100

Em relação à especialização da equipe para a cobertura temática, uma demanda realizada há bom tempo pela equipe de repórteres dos veículos, um percentual expressivo dos profissionais (63%) acredita que não houve alterações nas práticas com a integração das mídias legislativas. Para outros 14,8% o processo dificultou ainda mais essa possibilidade, enquanto apenas 11,1% acreditam que o objetivo foi atingido parcialmente.

Tabela 9 - Especialização da cobertura

Teve a possibilidade de se especializar na cobertura de temas específicos?	Número bruto	%
A mudança foi no sentido contrário	4	14,8
Não houve mudança	17	63
Atingiu parcialmente	3	11,1
Atingiu totalmente	1	3,7
Não sei avaliar	2	7,4
Total	27	100

A última pergunta objetiva do questionário diz respeito ao aumento da satisfação com o próprio trabalho pelos jornalistas, ponto importante após a realização de mudanças estruturais que afetam o cotidiano dos profissionais. Esse aspecto parece ser um dos que mais dividem os jornalistas da Câmara. Enquanto 44,5% se dizem mais satisfeitos

após a integração, pelo menos parcialmente, a maioria afirma estar mais insatisfeita (33,3%) ou com o mesmo nível de satisfação/insatisfação anterior (22,2%).

Tabela 10 - Aumento da satisfação com o trabalho

Está mais satisfeito com sua rotina profissional e com as atividades realizadas depois da integração?	Número bruto	%
A mudança foi no sentido contrário	9	33,3
Não houve mudança	6	22,2
Atingiu parcialmente	7	26
Atingiu totalmente	5	18,5
Não sei avaliar	0	0
Total	27	100

Um dos profissionais criticou os termos usados para definir a integração e ressaltou seu “desestímulo pessoal em trabalhar em um projeto de ‘integração’ que não me empolga profissionalmente, no qual não acredito e pelo qual não nutro o mínimo respeito, até por já tê-lo experimentado, sob o fatídico nome de ‘sinergia’, em outro veículo”. Segundo ele, o projeto é esdrúxulo, porque se trata de uma “tentativa de exploração profissional forçada em torno do tal ‘repórter multimídia’”.

Parecia-me mais uma das fórmulas de lucro comercial da empresa jornalística privada às custas dos profissionais do jornalismo. A decepção foi ainda maior ao deparar-me com a mesma dinâmica exploratória no serviço público, mesmo reconhecendo o talento de profissionais que nasceram com o dom de reportar para multimídias, como acontece com colegas da Secom da Câmara. (...) Cheguei a ser entusiasta da ideia inicial de ‘integração’ quando supus que essa tal ‘convergência’ dos veículos se daria por meio do Portal da Câmara na Internet, numa espécie de G1 (TVs, jornais e rádios do sistema Globo), em que Jornal, TV e Rádio Câmara manteriam suas identidades e estruturas em seus respectivos espaços (físico, profissional e técnico) e se ‘integrariam’ e ‘convergiriam’ no Portal da Câmara, cada um na sua. Mas, infelizmente não foi esse o modelo escolhido (resposta à questão subjetiva).

Para outro jornalista, o fato de não poder mais exercer a atividade profissional no veículo de sua preferência é elemento de grande descontentamento.

‘Está mais satisfeito com sua rotina profissional e com as atividades realizadas depois da integração?’ Claro que não!!! Até porque eu quis fazer jornalismo por causa de rádio e passei 25 anos (desde o segundo período da faculdade) enfiado, com muito prazer e convicção, dentro de uma redação de rádio. (resposta à questão subjetiva).

4 COMENTÁRIOS FINAIS

Embora a quantidade de respondentes tenha sido pequena em valores absolutos, o que reduz o valor da sondagem em termos científicos, vale ressaltar a significativa quantidade de respostas do setor de jornalismo (20%) e a oportunidade de avaliar as questões abertas que acompanharam as perguntas objetivas. Dada a complexidade da situação que se queria avaliar, é possível considerar que muitos funcionários não tiveram interesse em destinar um tempo maior para esta reflexão. De qualquer forma, as respostas obtidas permitem conclusões sobre a realidade dos veículos legislativos da Câmara dos Deputados e alguns paralelos com a realidade dos veículos comerciais de mídia no Brasil, ainda que não seja a intenção desse artigo generalizar as possíveis conclusões para o panorama geral de mídia no Brasil.

Além disso, é preciso lembrar que a organização da redação das mídias legislativas respeita os princípios de estruturação das redações de quaisquer veículos jornalísticos. Em trabalhos anteriores, já evidenciamos as semelhanças e algumas diferenças percebidas na produção dos veículos da Câmara. Em momento anterior, ao analisarmos as rotinas de produção da pauta nas mídias legislativas, percebemos como

as críticas verbalizadas pelos jornalistas demonstram que o principal questionamento diz respeito exatamente à estratégia de adoção desses critérios clássicos de noticiabilidade aplicados pela imprensa convencional e reproduzidos, em grande medida, nas mídias do Legislativo (Bernardes, 2011a, p.64).

Apesar das semelhanças, contudo, algumas diferenças sobressaem na comparação com veículos de comunicação comerciais. Entre elas, o fato de que a principal fonte de informações dos jornalistas do Legislativo são os próprios deputados e os órgãos burocráticos internos ao Parlamento. Representantes da sociedade civil organizada, especialistas, técnicos dos poderes Executivo e Judiciário, autoridades dos diferentes níveis de governo e o próprio cidadão aparecem na produção desses veículos, porém com menor frequência, algo que também ocorre no noticiário da imprensa convencional sobre o Legislativo, conforme atesta o estudo de Rodrigues (2011). Entretanto, a questão aqui é o status diferenciado dos parlamentares na relação hierárquica com as mídias da Câmara.

No caso dos parlamentares, o problema torna-se claro porque, além de fontes, eles têm grande poder sobre a organização dos veículos, subordinados à Presidência da Casa. Dessa

forma, o papel ambíguo de fontes e “supervisores” ou *publishers* das mídias legislativas complica a relação dos deputados com os jornalistas (Bernardes, 2011b, p.37).

O objetivo desse artigo não é realizar uma comparação entre mídias legislativas e veículos convencionais, algo que não seria possível ou desejável nos limites deste espaço. É importante, porém, lembrar que apesar de suas especificidades, as mídias legislativas realizam um trabalho jornalístico e adotam critérios de noticiabilidade que, muitas vezes, são os mesmos dos veículos de comunicação tradicionais.

Em relação aos dados coletados nesta pesquisa e ao processo de integração das mídias legislativas da Câmara dos Deputados, agrupando-se as respostas negativas (“a mudança foi no sentido contrário”; “não houve mudança”) e as positivas (“atingiu parcialmente”, “atingiu totalmente”) dadas, o Quadro 2 revela os objetivos que foram atingidos ou não, na visão dos profissionais que responderam ao questionário.

Quadro 2: Objetivos atingidos, segundo os profissionais

OBJETIVOS ATINGIDOS	OBJETIVOS NÃO ATINGIDOS
Alinhamento da cobertura e conteúdos	Informação mais qualificada
Fim da redundância e racionalização do uso da mão de obra	Cobertura ampliada de temas relevantes
Compartilhamento instantâneo de informações	Maior diversidade de fontes de informação
Gestão mais profissional	Especialização em temas específicos
Novas oportunidades profissionais	Maior satisfação com o trabalho

De maneira geral, os entrevistados afirmam que a integração efetivamente centralizou as decisões sobre o que cobrir e como cobrir, aumentando a racionalização da mão de obra, que, além de repórteres, inclui os produtores que gravam sonoras e que podem ser aproveitadas tanto para a TV quanto para a Rádio, gerando mais tarde textos para a Agência. A proximidade das pessoas em um mesmo espaço e as novas rotinas também fazem com que a informação circule mais rapidamente entre os veículos. E o fato de que foram criados novos serviços dentro da Secretaria de Comunicação e o convite para que os profissionais atuassem em outros veículos pode justificar a opção pelo aumento das “oportunidades profissionais”.

Mas a opinião predominante é a de que a qualidade da informação foi deixada de lado, o que pode refletir tanto as mudanças relacionadas à autonomia dos veículos, quanto às dificuldades de adaptação de linguagem para os diferentes veículos. A avaliação de que

as mudanças não ampliaram a cobertura em termos quantitativos pode se dever ao fato de que a quantidade de repórteres diminuiu em função de novos serviços e estruturas de gestão criados. Estas considerações estão relacionadas também à má avaliação do aumento da diversidade de fontes e especialização, além de serem um elemento importante para o sentimento de frustração de boa parte dos profissionais com o processo, como mostram os dados e exemplificam os depoimentos textuais coletados.

O objetivo de reunir todas as equipes afins em um mesmo local também se revelou complicado desde o início, dada a quantidade de pessoas do novo departamento. Se um dos jornalistas ressaltou que “o ponto positivo foi a integração entre as pessoas”, afinal o processo permitiu-lhe “conhecer e conviver com pessoas de outros veículos, ampliando as amizades”, outro lembrou a dificuldade em conciliar a integração com a falta de um espaço físico apropriado. Nesse sentido, se o processo integrou algumas áreas, possibilitou a ocorrência de erros “que aumentaram significativamente com a desintegração de áreas como pauta, produção, reportagem e edição. Além de fisicamente separados, esses setores não conseguiram harmonizar rotinas”, conforme um dos profissionais.

Ao comentar a autonomia do jornalismo em relação às demais esferas sociais, Neveu afirma que a lógica comercial de busca incessante pelo lucro pode diminuir a distância entre redação e fontes, o que permitiria maior “permeabilidade da redação aos discursos institucionais” (Neveu, 2006, p.73). Isso ocorre, segundo o autor, quando há pouco investimento no tamanho e qualidade da equipe e nos recursos necessários para a pesquisa e o jornalismo investigativo. Talvez seja disso que os jornalistas da Câmara falam: por não terem objetivos comerciais, os veículos legislativos não exibem as mesmas contingências temporais e de recursos das mídias comerciais. Ao mesmo tempo, as pressões políticas, obviamente mais fortes dentro de uma instituição política, acabam sendo anuladas pela diversidade de forças que atuam dentro de um órgão com o tamanho da Câmara. Desse modo, os jornalistas sentem mais liberdade em sua ação, em comparação com a experiência de outros veículos, sejam legislativos ou comerciais.

De qualquer forma, a adoção de mudanças como as redações integradas pelos veículos ligados ao que se convencionou chamar de “comunicação pública” pode ser preocupante quando se sabe que algumas das estratégias de inovações das emissoras comerciais estão ligadas apenas à necessidade de enxugar despesas, por exemplo. Ou seja, à necessidade de reduzir pessoal para sobreviver no mercado; o que pode inclusive ser uma estratégia temporária, a ser revertida mais tarde com o aumento das receitas. Desta

forma, a emissora pública, ao adotar modelos que privilegiem a criação do repórter multitarefa, pode colaborar para a redução de custos na administração pública; mas também pode diminuir o seu potencial de diferenciação em relação ao produto privado.

REFERÊNCIAS

AVILÉS, José Alberto García; SALAVERRÍA, Ramón. La convergência tecnológica em los medios de comunicación: retos para el periodismo. *Tripodos*, número 23, Barcelona, 2008.

BERNARDES, Cristiane Brum. *Política, institucional ou pública? Uma reflexão sobre a mídia legislativa da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Ciência Política. Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2010.

_____, Cristiane Brum. Critérios de noticiabilidade e pauta da mídia legislativa da Câmara dos Deputados. *In Texto* (Online), v. 2, p. 51-66, 2011a.

_____, Cristiane Brum. As Fontes de Informação nas Mídias Legislativas: oficialismo e diversidade na produção noticiosa sobre a Câmara dos Deputados. *Brazilian Journalism Research* (Impresso), v. 7, p. 32-49, 2011b.

HENN, Ronaldo. Pauta e notícia. Canoas: Editora da Ulbra, 1996.

HERREROS, Mariano Cebrián. *La radio em el entorno de las multiplataformas*. Colóquio “O futuro do Rádio”. Anais do 34º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife, 2011.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. Notas para uma economia política do radiojornalismo. *Brazilian Journalism Research* (Impresso), v. 6, número 2, p.70-82, 2010.

LOPEZ, Débora Cristina. *Radiojornalismo hipermidiático: tendências e perspectivas do jornalismo de rádio all news brasileiro em um contexto de convergência tecnológica*. Salvador. Tese de doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas. Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2009.

MACIEL, Evelin. *Convergência e Integração na Comunicação Pública*. Brasília: Edições Câmara, 2013.

MEYER, Philip. Os jornais podem desaparecer? Como salvar o Jornalismo na Era da Informação. São Paulo: Contexto, 2007.

NEVEU, Érik. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

Artigo recebido: 08 de março de 2014

Artigo aceito: 05 de abril de 2014